

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010 - 2012). Especialista em penal e processo penal pela UNIVEL. Doutorando em Direito pela FADISP. Promotor de Justiça do MPMS, titular da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados, Entrância Especial (Final), com atribuição em procedimentos referentes à proteção do consumidor, dos direitos constitucionais do cidadão, da saúde pública, dos direitos humanos e da vítima de infração penal.

JOSÉ DOMINGUES FILHO

Graduação em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE/Bauru-SP (1978). Pós-graduado *lato sensu* em Direito Processual Civil pela Unigran (1997). Juiz do TJMS, titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados-MS, Entrância Especial (Final). Ex-delegado de Polícia (SSPMS). Ex-advogado (OABSP e MS) e ex-professor de Direito Processual Civil na Esmagis (MS) e Unigran.

RICARDO ROTUNNO

Graduação em Direito pela Universidade do Oeste Paulista (1997). Pós-graduado em Processo Penal e Penal pela Escola Paulista de Direito. Ex-professor de Direito Penal da Unigran. Promotor de Justiça do MPMS, titular da 16ª Promotoria de Justiça de Dourados, Entrância Especial (Final), com atribuições em procedimentos referentes à proteção do patrimônio público e social e das fundações e nos feitos distribuídos à 6ª Vara Cível, e na mesma área na comarca de Campo Grande.

COLABORAÇÃO PREMIADA

**NAS DEMANDAS DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**
(Cabimento de Acordo)

Doutrina - Legislação - Aspectos Práticos

EDITORA
Contemplanar

ISBN: 978-85-9487-058-2

Autores

Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior
José Domingues Filho
Ricardo Rotunno

Capa e Diagramação
Aline Vieira Pipino de Freitas

Revisão Geral
Mario do Carmo Ricalde

Dias Júnior, Etéocles Brito Mendonça; Domingues Filho, José; Rotunno, Ricardo.

Colaboração Premiada nas Demandas de Improbidade Administrativa/
Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior; José Domingues Filho; Ricardo Rotunno.
1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2020.

1. Direito. 2. Penal.

I. Título.

CDD: 340

CDU: 341.4

Fechamento da edição: 09/2019

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à


EDITORIA
Contemplar

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevidéu.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

SUMÁRIO

Título 1

DA DELAÇÃO (COLABORAÇÃO) PREMIADA: NOÇÕES E NATUREZA JURÍDICA

1. Direito premial	15
2. Conceito de colaboração premiada	16
3. Espécies de colaboração premiada.....	20
4. Meios de prova e meios de obtenção de provas.....	21
5. Moralidade do instituto	22
6. Aplicação da colaboração premiada em associação criminosa e coautoria.....	24
7. Colaboração premiada em crimes conexos	26
8. Momento da colaboração	27
9. Ressalva da confissão como requisito da colaboração.....	27
10. Requisitos para a concessão dos benefícios da colaboração premiada.....	29
11. Atuação do juiz na colaboração premiada.....	30
12. Colaboração premiada pela polícia civil.....	31
13. Decisão homologatória do acordo de colaboração	32
14. Publicização do acordo e de seu conteúdo.....	33
15. Atos de negociação	35
16. Delineamentos à oferta do prêmio	36
17. Direitos do agente colaborador	37
18. Conveniência do colaborador em cumprir antecipadamente a pena.....	41
19. Vantagens e desvantagens da colaboração premiada.....	43
20. Momento adequado para impugnação do acordo pelo delatado.....	44
21. Natureza jurídica da delação premiada	45

Título 2
ACORDO DE LENIÊNCIA:
ENFOQUES DA LEI ANTICORRUPÇÃO

1. Formulação conceitual.....	51
2. Acordo de leniência no ponto de vista político-criminal	53
3. Legitimados a participar do acordo de leniência	55
4. Requisitos para assinatura do acordo de leniência.....	57
5. Efeitos da assinatura do acordo.....	58
6. Modalidades adicionais de leniência	59
7. Natureza jurídica do acordo de leniência.....	61
8. Acordo de Leniência e Delação Premiada	63
9. Acordo de leniência na improbidade administrativa.....	64

Título 3
DA AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS EM QUE FOR
PARTE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

1. Autocomposição.....	67
2. Aspectos da mediação	69
3. Trabalho da mediação	70
4. Legitimidade da mediação na zona de conflito com o Poder Público	71
5. Relativização do princípio da indisponibilidade do interesse público.....	73
6. Composição harmônica entre público e privado.....	74
7. Autocomposição de conflitos no setor público	76

Título 4
REFLEXIVAS DO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL

1. Método comum de resolução dos conflitos de interesse civis	79
2. Processo judicial e outros métodos resolutivos de controvérsias	82
3. Política pública de solução consensual dos conflitos.....	86
4. Lastro dos procedimentos rápidos e eficazes	87
5. Flexibilização procedimental.....	89
6. Cooperação na efetividade da prestação jurisdicional.....	90

7. Negócios jurídicos processuais	93
8. Destaques do negócio jurídico processual	94
9. <i>Nemo potest venire contra factum proprium</i>	97
10. Comunidade de trabalho processual	98

Título 5

DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: APORTES CONCEITUAIS, INVESTIGATIVOS E PROCESSUAIS

1. Conceptivos de improbidade administrativa.....	101
2. Elemento subjetivo do ato de improbidade.....	103
3. Sujeitos do ato de improbidade.....	104
4. O dano na improbidade administrativa.....	105
5. Caracteres investigativos do ato de improbidade.....	106
6. Dispensabilidade de inquérito civil.....	108
7. Propositura da ação de improbidade baseada em inquérito policial	110
8. Litisconsórcio passivo na ação de improbidade administrativa.....	112
9. Legitimado ativo na ação de improbidade administrativa	113
10. Crime por representação de improbidade contra sabido inocente	114
11. Lógica da liminar de indisponibilidade de bens.....	116
12. Responsabilidade solidária na improbidade administrativa.....	119
13. Juízo de delibação para recebimento da petição inicial previsto na LIA.....	121
14. Destaque no procedimento: audiência de conciliação ou de mediação	123
15. Inocorrência de efeito material da revelia na ação improbidade	127
16. Sanções à improbidade administrativa.....	128
17. Critérios legais de fixação das sanções	130
18. Distinção entre juízo de improbidade da conduta e juízo de dosimetria da sanção	131
19. Princípio preponderante na fixação das sanções de improbidade.....	132
20. Natureza civil dos atos de improbidade administrativa	133

Título 6

TRANSAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA COMO NEGÓCIO JURÍDICO NAS AÇÕES CIVIS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. Sistemática colaborativa	137
2. A hermenêutica exigida pelo microsistema de combate à corrupção.....	139
3. Pertinácia isonômica da resolução colaborativa na improbidade	141
4. Parcelamento da reparação integral do dano	142
5. Perdão judicial ao colaborador da improbidade.....	144
6. Juridicidade do acordo na demanda de improbidade administrativa	148
7. Derrogação tácita do § 1º do art. 17 da LIA.....	150
8. Compromissos de ajustamento de conduta na improbidade administrativa	151
9. Possibilidade de autocomposição para fins punitivos e ressarcitórios.....	153

Título 7

RESOLUÇÕES ILUSTRATIVAS DO TEMA

1. Política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do MP.....	157
2. Tomada do compromisso do ajustamento de conduta no âmbito do MP.....	163
3. Orientação para delações premiadas em instâncias locais.....	168
4. Parâmetros procedimentais e materiais de composição no âmbito do MPPR	179
5. Parâmetros procedimentais e materiais de composição no âmbito do MPMS	186
6. Recomendação para atuação resolutiva do Ministério Público – CNMP	196
7. Recomendação para atuação resolutiva do Ministério Público – Corregedoria-Geral CNMP	203

Título 8

ASPECTOS PRÁTICOS

1. Justificante.....	227
2. Modelo de ata de audiência extrajudicial para apresentação de proposta de TAC	227
3. Tabela ilustrativa das sanções a serem propostas.....	229
4. Modelo de Termo de Ajustamento de Conduta.....	230
5. Modelo de Petição Inicial de Pedido de Homologação Judicial.....	233
6. Modelo de Pedido de Arquivamento de Procedimento Investigatório em razão da cele- bração de Termo de Ajustamento de Conduta	237

BIBLIOGRAFIA.....	241
--------------------------	------------